

Introdução

O Brasil possui uma história que não vem sendo contada nos bancos escolares nem sendo trabalhada pelos cursos que formam professores para atuarem neste campo. Nesse sentido, o presente artigo traz alguns elementos fundamentais para o entendimento dessa história não-contada, cujo conhecimento é de fundamental importância para que os brasileiros possam exercer plenamente sua cidadania.

Ele tem como propósito divulgar alguns dados sobre **João Cândido**, um marinheiro negro que liderou a Revolta da Chibata, episódio cujo conhecimento permite uma tomada de consciência política do momento histórico de sua ocorrência e dos desdobramentos do mesmo até os dias de hoje para a sociedade como um todo e, em especial, para a comunidade afro-brasileira. João Cândido foi um negro de origem gaúcha que deixou muito cedo as terras dos pampas para trabalhar na Marinha Brasileira e lá travou batalhas em prol do respeito aos direitos humanos e da valorização da pessoa humana, independentemente de sua origem étnico-racial e posição social.

O conhecimento de personagens negros que possam servir de referências, especialmente para a comunidade afro-brasileira, é necessário, na medida em que crianças e jovens precisam identificar-se com vultos que deram uma contribuição significativa à história do Brasil, até porque somente agora tais vultos começam a sair da invisibilidade, a ser

conhecidos e valorizados como protagonistas de profundas alterações no *status quo* da sociedade brasileira.

É importante para os educadores conhecer João Cândido, como outros personagens negros, e dar ao tema o tratamento pedagógico necessário para atender ao disposto nos artigos 26-A e 79-B, introduzidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei Federal 10.639, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica.

1. Alguns dados biográficos

No dia 24 de junho de 1880 nascia João Cândido Felisberto, filho de escravos: do senhor João Cândido Velho e de dona Ignácia Cândido Velho. Segundo depoimento prestado pelo próprio João Cândido ao almirante João Adolfo dos Santos, em 29 de novembro de 1912, nasceu em Vila Encruzilhada, em Rio Pardo/RS. Mesmo com a liberdade concedida, os pais de João Cândido permaneceram sob a tutela do seu senhor.

Durante a infância era um menino que sempre acompanhava o pai no seu trabalho como tropeiro e nas andanças com os animais. Uma de suas maiores aventuras era embarcar em pequenos navios os animais que eram transportados entre Rio Pardo e Porto Alegre. Devido a suas travessuras, o menino foi mandado para a marinha como um castigo por ter agredido o filho do fazendeiro.

Aos 13 anos João Cândido teve contato pela primeira vez, em Porto Alegre

com um navio da Marinha Brasileira, chamado Ondina, por meio do almirante Alexandrino de Alencar. Uma passagem do livro da professora Maria Luci contanos: “futuro marinheiro chega ao cais na companhia do oficial, o que provoca grande curiosidade aos marujos que estavam a bordo; jamais um negro tivera regalia” (Ferreira, 2002, p. 64).

No ano de 1894, aos 14 anos, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiro no Rio Grande do Sul, com a recomendação do almirante Alexandrino de Alencar, como aprendiz de marinheiro. Logo prosperou e, no ano seguinte, foi mandado para o Rio de Janeiro e, efetivamente, entrou na Marinha na tripulação do cruzador Andrada. Desde o princípio se destacou por seu espírito de liderança frente a seus colegas.

Nessa época as Forças Armadas aceitavam menores, e a Marinha, particularmente, recrutava seus marinheiros em muitos casos na própria polícia. Os jovens mais humildes e negros eram recrutados à força, de forma arbitrária, e não tinham como se defender de tal ato violento. Isentavam-se de tal episódio aqueles que possuíam algum tipo de fortuna e compravam sua isenção do serviço militar. Cabe destacar que, no caso de João Cândido, ele foi recomendado por seu protetor, o almirante Alencar.

João Cândido, sempre muito empenhado na sua profissão, conseguiu o posto de instrutor dos aprendizes de marinheiros no encouraçado Riachuelo durante cinco anos.

Após, rumou para Belém do Pará e Manaus. Entre esses últimos e Riachuelo, João Cândido contraiu uma tubercu-

lose pulmonar, ficando 90 dias no Hospital da Marinha no Rio de Janeiro.

Passado o ocorrido, continuou sua trajetória, fazendo muitas viagens a diversos países, e, numa delas destacou alguns países da Europa em que teve a oportunidade de observar a diferença de tratamento dado aos marinheiros. Essas viagens favoreceram a João Cândido e seus companheiros o aprimoramento de seus conhecimentos e fizeram despertar no marinheiro o sentimento de igualdade de tratamento no interior dos navios, bem como a luta contra a chibata, instrumento com que os marinheiros costumavam ser castigados.

No *Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro*, a autora Rosa Margarida, com base na obra de Fernando Granato, caracteriza a figura de João Cândido e suas contribuições para o país, mencionando os avanços obtidos a partir das experiências nas viagens: “Cresceu, então, a politização dos marinheiros brasileiros e, liderados por João Cândido, iniciaram reuniões para discutir a situação nessa armada, que culminou com a Revolta da Chibata, em 22 de novembro de 1910, exigindo melhores soldos e condições de trabalho, assim como a abolição da chibata (castigo físico empregado na marinha)” (Rocha, 2003, p. 37).

Em conseqüência de sua luta por melhores condições de trabalho e respeito à dignidade e aos direitos humanos, sofreu a perseguição política. Sua vida foi abalada, sendo preso e, posteriormente, internado no Hospital dos Alienados, resultando no seu afastamento da Marinha.

Com os anos passados e sofridos

pelas vicissitudes da vida, João Cândido ficou com sua saúde abalada e a fama de rebelde e subversivo, não conseguindo emprego. Conseguiu apenas uma pensão do governo gaúcho por um determinado período e acabou sua vida sem dinheiro e esquecido na periferia do Rio, num casebre com esgoto a céu aberto.

No dia 6 de dezembro de 1969 morreu, por complicações causadas por câncer no intestino, aos 89 anos no Rio de Janeiro, deixando um legado ao Brasil: a extinção do uso da chibata na Marinha brasileira.

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal o Projeto de Lei nº 45 de 2001, de autoria da ex-senadora Marina Silva (PT-AC), que propõe a anistia *post-mortem* do ilustre personagem da nossa história.

2. A revolta da chibata

Na Marinha do Brasil, os castigos corporais foram mantidos após a proclamação da República e só foram abolidos um ano depois, com o decreto nº 3. Porém, o decreto 238 restabeleceu os castigos, que, segundo Ferreira (2002, p. 69), tinham a duração de “3 dias de solitária a pão e água, para as faltas leves, até 25 chibatadas, para as faltas consideradas graves”.

Cabe destacar que, em muitos casos, esses castigos eram aumentados e juntavam-se aos baixos salários e à discriminação sofrida pelos marinheiros, em sua maioria negros.

É nesse clima de tensão que, no “dia 22 de novembro de 1910, o marinheiro negro **Marcelino** recebeu 250 chibatadas na frente de toda a tripulação no

navio Minas Gerais. Foi a gota d’água para a eclosão de um movimento que já vinha sendo articulado pelos marinheiros, que, liderados por **João Cândido**, se rebelaram” (Oliveira, 2001, p. 42).

Dessa forma, João Cândido e seus seguidores tomaram os navios Minas Gerais, São Paulo, Deodoro e Bahia. Os marinheiros reivindicavam melhoria na alimentação, anistia aos rebeldes e fim dos maus-tratos. Caso suas reivindicações não fossem atendidas, ameaçavam bombardear as cidades com o potentíssimo fogo dos encouraçados recém-trazidos da Inglaterra.

Seria realmente surpreendente acreditar que, mesmo passados 22 anos da abolição da escravatura, os castigos corporais ainda persistissem, em relação aos homens negros.

Diante de pressão sofrida, o presidente na época, Hermes da Fonseca, cedeu, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos. Com o acordo do dia 26 de novembro, os rebeldes entregaram as armas e devolveram os navios.

Dois dias se passaram, e tudo ficou novamente tenso. O presidente baixou, então, um decreto expulsando inúmeros integrantes da Marinha por atos de indisciplina, por terem participado do que ficou conhecido como a “Revolta da Chibata”. No dia 4 de dezembro, 22 marinheiros foram presos.

Cinco dias depois, o governo decretou estado de sítio: expulsou muitos da Marinha, prendeu outros tantos, “dezesseis revoltosos morreram por sede, calor e sufocamento nas celas subterrâneas da Ilha das Cobras e nove foram fuzilados durante a viagem que

conduzia 105 deles desterrados para a Amazônia” (Oliveira, 2001, p. 43).

Contudo, João Cândido sobreviveu, depois de ter vivido 18 meses numa prisão subterrânea, e foi internado no Hospital do Alienados. E, em novembro de 1912, todos foram absolvidos.

Foram apenas cinco dias de rebelião, que abalaram a República Velha, desafiando o poder das elites e dos oficiais da Marinha. João Cândido e os marinheiros negros inscreveram seus nomes definitivamente na história: não só por sua luta particular, mas também pela luta do negro no Brasil em prol do direito de ser cidadão em sua plenitude.

3. Valor educativo do personagem

João Cândido está citado explicitamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como um negro brasileiro que se destacou nas lutas sociais deste país, em favor do respeito à pessoa, independentemente de seu pertencimento racial, na luta por direitos políticos e sociais. É um protagonista da história recente, juntamente com seus companheiros, e fazer a releitura da Revolta da Chibata considerando o grupo liderado por João Cândido é, com certeza, necessário para o entendimento correto do que são o racismo, o preconceito e a discriminação num país que se afirma não-racista, mas que tem, em suas vivências quotidianas, práticas racistas.

Hoje, João Cândido é um herói que deve ser reverenciado por todos. Como outros personagens negros, ele personifica a luta pelos direitos huma-

nos, numa sociedade multirracial e pluriétnica em que ainda prevalecem pessoas discriminadoras (geralmente brancos) sobre outras tantas discriminadas (especialmente negros e índios).

Trazer à luz a vida de João Cândido, como tema de História e Cultura Afro-Brasileira, exige que a escola se preocupe em contextualizar sua trajetória, buscando caracterizar, por exemplo, como era o Brasil à época de seu nascimento, o que significava ficar com os senhores após a abolição da escravatura (situação vivida por seus pais), como foram sua infância e juventude, em que condições o negro tinha acesso à Marinha, que funções lhe eram reservadas, como se davam as relações interpessoais no trabalho.

É fundamental para o desenvolvimento da personalidade que crianças e adolescentes afro-brasileiros tenham referenciais positivos de outros iguais a si quanto à origem étnico-racial, ou seja, que possam ver-se em outros negros que tenham tido ou tenham significação para a vida social e pessoal, pois, de acordo com Berman (1975, p. 29), “a maneira como as pessoas percebem, o que percebem e por que percebem de tal ou qual maneira são fatores que devem receber cuidadosa atenção, a fim de que a escola ajude no desenvolvimento de pessoas que vejam o mundo com toda a sua riqueza, variedade e encanto, e que sejam capazes de perceber com um mínimo de distorção”.

O conhecimento deste personagem histórico, como de tantos outros, permite ao aluno dar novos significados à sua história de vida e à história gaúcha

e brasileira, ao mesmo tempo em que contribui para desconstruir a ideologia do racismo, manifestado através de comportamentos extremados, de preconceitos sentidos e de discriminações manifestadas de que, muitas vezes, ainda, nós negros somos vítimas. Essa desconstrução, necessária para que se criem as condições para a promoção da igualdade racial, acontece quando:

– trazemos para o plano do debate real a questão das relações interpessoais, quando essas relações ocorrem entre pessoas de diferentes origens étnico-raciais, favorecendo o diálogo entre diferentes interlocutores;

– tornamos visível a presença de negros e indígenas em territórios tidos como de domínio exclusivamente branco, onde os marginalizados costumam aparecer em condições de subalternidade, e buscamos criar espaços de inclusão;

– somos capazes de divulgar para o mundo a existência de negros e negras que se tornaram referências positivas não só para os afro-brasileiros, mas para todos os brasileiros, favorecendo, com isso, a superação da ignorância de que os negros não têm história nem participaram da construção da história do Brasil;

– pelo conhecimento da história e da cultura afro-brasileira, ampliamos nossas possibilidades de criar e reformular valores que nos conduzem a uma nova visão de mundo, onde há lugar para todos os homens.

Por fim, podemos afirmar que o estudo e a divulgação da vida de João Cândido tornam visíveis atitudes, posturas e valores de um cidadão afro-brasileiro que acreditou nos seus ideais e lutou por um

mundo melhor e solidário, de respeito aos direitos da pessoa humana.

Referências

BERMAN, Louise M. **Novas Prioridades para o Currículo**. Porto Alegre: Globo, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPP/IR. INEP **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

FERREIRA, Maria Luci Corrêa. **Tributo a João Cândido: o Rei do Farol da Liberdade**. Encruzilhada do Sul, RS: Evangraf, 2002.

OLIVEIRA, Nelson Silva de. **Guia de Direitos do Brasileiro Afro-Descendente: Vultos Negros na História do Brasil**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: uma Proposta de Intervenção Pedagógica na Superação do Racismo no Cotidiano Escolar**. Minas Gerais: Nzinga, 2003.

Notas

1 Graduada em Educação Especial (UFSM), Especialista em Gestão Educacional (UFSM), mestre em Educação (UFRGS), doutoranda em Educação (UFRGS). E-mail: dir-cenara@yahoo.com.br

2 Graduada em Ciências Sociais (UFRGS), especialista em Planejamento da Educação (UFRGS), membro do Coletivo Estadual de Educadores Negros APNs/RS. E-mail: vneusa@globo.com

3 Os nomes em negrito estão conforme consta na obra de origem.